



ALVARÁ PARA LICENCIAMENTO DE SERVIÇOS FLORESTAIS

ALSF nº 47 / 2023

Validade: 18/04/2024

A Secretaria de Município de Meio Ambiente (SMA) criada pela Lei nº 5.769, de 27 de junho de 2013; com respaldo na Lei Complementar 140/2011, na Resolução CONAMA 237/1997, na Resolução CONSEMA 372/2018 e alterações, no Termo de Cooperação de Delegação de Competência para o Licenciamento e Fiscalização Florestal nº 16 / 2018, firmado com a Secretaria do Ambiente e Desenvolvimento Sustentável / DBIO e com base nos autos do **Processo Administrativo nº 396 / 2023**, expede o presente Alvará para Licenciamento de Serviços Florestais que autoriza:

Requerente:

Nome / Razão Social: Município de Santa Maria
Secretaria de Município de Infraestrutura e Serviços Públicos
CPF / CNPJ: 88.488.366/0001-00
88.488.366/0001-00
Email: smis@santamaria.rs.gov.br

A executar:

Manejo da arborização urbana, arboretos e árvores isoladas (supressão e/ou poda de árvores nativas e exóticas), conforme identificação a seguir:
CODRAM: 10440,20 - porte único, potencial poluidor baixo (Resolução CONSEMA nº 372 / 2018 e alterações)

Localização:

Logradouro: Rua dos Golfinhos, Rua das Carpas e Rua das Tainhas
Bairro / Distrito: Bairro Nova Santa Marta
Matrícula no cartório de registro de imóveis nº:
Coordenadas geográficas (SIRGAS): Lat.: -29.679323° Long.: -53.858297°
Cadastro nº (1):

(1) Boletim Cadastral Imobiliário (BCI) / Setor de Geoprocessamento / IPLAN

Árvore(s) nativa(s) a ser(em) suprimida(s):

Nome popular:	Nome científico:	Quantidade:	Volume (m³):
Angico vermelho	<i>Anadenanthera macrocarpa</i>	01	0,6220
Aroeira vermelha	<i>Schinus terebinthifolia</i>	01	0,0402
Mamãozinho do mato	<i>Vasconcellea querquifolia</i>	01	0,0150
Pitangueira	<i>Eugenia uniflora</i>	01	0,0300

Árvore(s) exótica(s) a ser(em) suprimida(s):

Nome popular:	Nome científico:	Quantidade:
Cinamomo	<i>Melia azedarach</i>	03
Tipuana	<i>Tipuana tipu</i>	01
Laranjeira	Citrus sp	04
Ligustro	<i>Ligustrum japonicum</i>	02
Abacateiro	<i>Persea americana</i>	01

Arbusto(s) exótico(s) a ser(em) suprimido(s):

Nome popular:	Nome científico:	Quantidade:
Bananeira	Musa sp	Várias

Condições e restrições a serem observadas:

- Somente o podador em sistema elétrico de potência deve ser designado para trabalhos próximos a redes elétricas, conforme estabelecido na NR 10 (Norma Regulamentadora de Segurança em Instalações e Serviços em Eletricidade, do





Ministério do Trabalho e Emprego / MTE);

- A poda de galhos junto ou próximos a rede de distribuição de energia elétrica deverá ser executada pela RGE Sul Distribuidora de Energia S.A.;
- Recomenda-se que no planejamento e execução das supressões e/ou podas autorizadas, a equipe responsável seja orientada / supervisionada por um profissional habilitado;
- Após o corte ou poda de árvore(s) nativa(s), caso seja necessário o transporte da(s) tora(s), do(s) galho(s) ou lenha originada deste corte ou poda, é necessário que esta madeira esteja acompanhada do Documento de Origem Florestal (DOF) da origem ao destino;
- As motosserras a serem utilizadas no manejo florestal anteriormente tipificado devem estar devidamente regularizadas junto ao Instituto Brasileiro de Meio Ambiente (IBAMA);
- O material lenhoso resultante das supressões e/ou podas não poderão ser queimados no local, também deverão ser dispostos de forma a prevenir que haja qualquer foco de incêndio;
- O material lenhoso resultante das supressões e/ou podas não poderá obstruir total ou parcialmente qualquer recurso hídrico;
- Deverá ser observado o destino da galharia, sendo de responsabilidade do proprietário a correta destinação da mesma para locais devidamente licenciados para seu recebimento;
- Deverá ser suspensa a supressão ou poda da(s) árvore(s) que porventura for constatada alguma forma de nidificação até o término do período de incubação desta(s) ave(s);
- Deverá ser suspensa a supressão ou poda da(s) árvore(s) que porventura for constatada a presença de colmeias de abelhas nativas (meliponíneos) ou exóticas. Tal fato deverá ser comunicado a SMA;
- Este ALSF deverá estar disponível no local do manejo florestal para fins de fiscalização;
- A condições e restrições anteriormente elencadas deverão ser respeitadas visto que o seu descumprimento poderá implicar nas sanções constantes na Lei Federal nº 9.605 de 12 de fevereiro de 1998 (Lei dos crimes ambientais).

Santa Maria/RS, na data da assinatura digital.

**SECRETARIA DE MUNICÍPIO DE MEIO AMBIENTE
MUNICÍPIO DE SANTA MARIA - RS**
Em conformidade com o Parecer Técnico 152/2023
Autenticidade: WC28201646521

